



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Segundo Termo Aditivo ao Contrato celebrado em 13.12.2018, entre o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará e a Empresa Positivo Tecnologia S/A (Processo Administrativo nº 8512693-77.2020.8.06.0000).

AD2/CT Nº 73/2018

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, situado no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Cambé em Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o número 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE ou TJCE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO, e por sua Secretária de Tecnologia da Informação, Denise Maria Norões Olsen, e a empresa POSITIVO TECNOLOGIA S/A., inscrita no CNPJ/MF nº 81.243.735/0019-77, com sede na Rua Javari, nº 1255, Lote 257-B, Distrito Industrial I, Manaus-AM, representada neste ato por ANTÔNIO JOSÉ CAVALCANTE FURTADO, portador da cédula de identidade nº 663.693-83 e inscrito no CPF/MF sob nº 324.457.092-53, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, de acordo com as cláusulas e condições adiante enunciados.

Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal

O presente Termo fundamenta-se:

- a) nas disposições contidas no art. 65, II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- b) no Memorando nº 185/2020, da Secretaria de Tecnologia da Informação, datado de 14.08.2020;
- c) no Parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, de 25/08/2020, devidamente aprovados pelo Exmo. Sr. Presidente do TJCE.

Cláusula Segunda – Do Objeto

Constitui objeto deste termo possibilitar o deslocamento de alguns equipamentos para as residências de servidores do TJCE, em razão dos impactos da situação pandêmica atualmente vivenciada, sem alteração do valor global, no contrato cujo objeto consiste na aquisição de 1.258 (mil duzentos e cinquenta e oito) microcomputadores com respectivos monitores de vídeo para atender as necessidades do Judiciário Cearense, para que seus agentes possam continuar a executar suas atividades em regime diferenciado de teletrabalho, resguardando-se para o órgão contratante todos os direitos referentes à garantia prevista no contrato, que continuará a ser prestada na mesma modalidade.

A fim de assegurar a segurança dos equipamentos, será indispensável a elaboração de Termo de Responsabilidade, o que será providenciado pela Secretaria de Tecnologia da Informação do TJCE, nos moldes do documento produzido pelo Governo Federal, disponível em <https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/gestorpublico/58-gestordecompras/1276-autorizacao-para-liberacao-de-computadores-teletrabalho>.

Cláusula Terceira – Da Ratificação

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.



ESTADO DO CEARÁ
PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA

E, por acharem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça.

Fortaleza/CE, 25 de agosto de 2020.

WASHINGTON LUIS BEZERRA DE ARAÚJO
DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ

DENISE MARIA NORÕES OLSEN
SECRETÁRIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO TJCE

ANTÔNIO JOSÉ CAVALCANTE FURTADO
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA POSITIVO TECNOLOGIA S/A
CONTRATADA (ASSINATURA/CARIMBO)

TESTEMUNHAS: _____